

TERRAS PARA ÍNDIOS

***Roberto Rodrigues**

Uma das vantagens comparativas que a OCDE credita ao Brasil quando sugere que nosso país aumente sua produção de alimentos em 40% até 2020 é a disponibilidade de terras agricultáveis. Com efeito, a área cultivada em todo o território nacional, da ordem de 72 milhões de hectares, representa apenas 8,5% do nosso território. E, segundo estimativas otimistas, pelo menos outros 85 milhões de hectares poderiam ser transformados em áreas agrícolas, usando apenas as tecnologias hoje conhecidas.

No entanto, de acordo com alguns especialistas, dadas as regras e leis hoje vigentes, considerando os parques nacionais, estaduais e municipais, as reservas legais, as áreas de preservação permanente, as terras para índios e quilombolas e outros, sobram aproximadamente 15 milhões de hectares para incorporar à fronteira agrícola, dos quais 10 milhões viriam via reconversão de pastagens, e apenas 5 milhões seriam cerrados ou florestas legalmente desmatadas. Com isso, fica bastante limitada nossa capacidade de atender à expectativa da OCDE, e uma dúvida: como será nossa participação na oferta de alimentos em 2050, quando seremos 9 bilhões de terráqueos, e a produção precisaria crescer pelo menos 50%? Mudariam as leis sob a pressão internacional de organismos multilaterais? Outros países substituiriam o potencial brasileiro perdido?

Dentro desta temática, uma questão vem suscitando dura e controversa discussão: terra para índios. Não se trata de trivialidade. Disputa pela terra é uma questão tão antiga quanto o fim do nomadismo. Quando o homem começou a produzir alimentos ao invés do simples extrativismo, a luta pela terra começou. Há vários séculos!

O tema é muito sensível, até porque a sociedade em geral vê com simpatia a questão indígena, e tende a defender os índios em todas as suas reivindicações, inclusive quanto à posse de terras. Segundo consta, atualmente 14% de todo o território nacional já pertencem aos índios, cuja população total não chegaria a 800 mil. E, apoiados por órgãos do governo como a FUNAI e instituições do terceiro setor, como o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, ligado à Igreja Católica – querem mais!

Teriam razão? Recente pesquisa entre jovens índios indicam que mais da metade deles desejam ir para a universidade. Mas e as comunidades ainda não contatadas? Onde estará o justo procedimento?

Na verdade, há índios e índios, e não se pode usar um único tratamento para todos. Aqueles cujas reservas são invadidas por posseiros, garimpeiros, madeireiros ou outros tipos de exploradores, precisam ser protegidos, e é papel do Estado cuidar deles. Já aqueles que invadem terras legitimamente possuídas e exploradas há décadas por produtores rurais, merecem o tratamento da lei.

O assunto é tão polêmico que é objeto das Constituições brasileiras desde a Carta Régia de 1611.

Mas um importante parecer do ex-Ministro do STF, Dr Carlos Velloso, joga luzes claras sobre o assunto a partir da interpretação da Constituição de

1988 que, segundo ele, “deu nova disciplina constitucional à proteção das comunidades indígenas, ampliando, consideravelmente, o sistema protetivo estão vigente”.

A nova Carta Magna manteve o que já havia sido incorporado às anteriores, como a integração das terras ocupadas pelos índios ao domínio da União, bem como a competência legislativa exclusiva desta em questões indígenas.

Mas, o dado mais importante do parecer da grande jurista é que... “indispensável que a terra, para ser considerada indígena, estiver sendo ocupada na data da promulgação da Constituição, 05/10/1988. Esse tem sido o entendimento do Supremo Tribunal Federal manifestado em julgamento envolvendo discussões sobre terras indígenas”.

Parece que esta posição resolve o assunto, terminantemente. Infelizmente, porém, não é o que acontece: até índios paraguaios estão reivindicando – e invadindo – terras que, segundo eles, teriam pertencido a seus ancestrais. Assim não dá!

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura**